

NÍVEL SUPERIOR

ADVOGADO(A)

MANHÃ

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR:

- ✓ Confira seu nome, o número do documento e o número de inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal.
- ✓ Verifique também seu Caderno de Questões quanto a possíveis falhas de impressão ou numeração.
- ✓ O não cumprimento de qualquer uma das determinações contidas no Edital, no Caderno de Questões ou na Folha de Respostas resultará na eliminação do candidato.

Sobre a devolução do material:

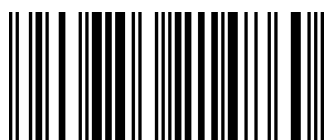
- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha corretamente o campo destinado à sua assinatura.
- ✓ Para as questões objetivas, marque apenas uma alternativa por item na Folha de Respostas.
- ✓ Somente canetas esferográficas de cor azul ou preta são permitidas para preencher a Folha de Respostas. Este documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a divulgação das provas e gabaritos:

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme previsto no Edital.

Sobre as proibições no local de prova:

- ✓ É proibido folhear o Caderno de Questões antes do horário de início da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Não é permitida qualquer comunicação entre os candidatos durante a prova.
- ✓ É proibido o uso de aparelhos eletrônicos, como celulares, receptores, gravadores, entre outros.
- ✓ É proibido anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.



1946753214860

CONHECIMENTOS GERAIS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 4.

O pavão

Eu considere a glória de um pavão ostentando o esplendor de suas cores; é um luxo imperial. Mas andei lendo livros; e descobri que aquelas cores todas não existem na pena do pavão.

Não há pigmentos. O que há são minúsculas bolhas d'água em que a luz se fragmenta, como em um prisma. O pavão é um arco-íris de plumas. Eu considere que este é o luxo do grande artista, atingir o máximo de matizes com o mínimo de elementos. De água e luz ele faz seu esplendor; seu grande mistério é a simplicidade.

Considere, por fim, que assim é o amor, oh! Minha amada; de tudo que ele suscita e esplende e estremece e delira em mim existem apenas meus olhos recebendo a luz de teu olhar. Ele me cobre de glórias e me faz magnífico.

Rubem Braga

(<https://tudoportugues.com>)

Questão 01

"Minha amada; de tudo que ele suscita e esplende e estremece e delira em mim existem apenas meus olhos recebendo a luz de teu olhar."

Os vocábulos destacados podem ser substituídos sem perder o sentido por:

- (A) dissipa, abrande e arpeia.
- (B) apazigua, resplandece e sofreia.
- (C) causa, cintila e trepida.
- (D) produz, brilha e estabiliza.

Questão 02

"O que há são minúsculas bolhas d'água em que a luz se fragmenta, como em um prisma."

A concordância do verbo 'haver' depende de seu uso como verbo pessoal ou impessoal, conforme o contexto em que está inserido. No trecho, ele foi empregado como impessoal, por isso não foi flexionado. Analise o emprego dele nos enunciados a seguir e identifique aquele em que a concordância está INCORRETA:

- (A) Houve muitas festas.
- (B) Não havia por que continuar ali.
- (C) Da penitenciária, os bandidos havia fugido.
- (D) Há alguém de bom coração.

Questão 03

"O pavão é um arco-íris de plumas."

Quanto à justificativa para o emprego do hífen na palavra

'arco-íris', é correto o que se afirma em:

- (A) Emprega-se o hífen nos compostos cujos elementos, reduzidos ou não, perderam a sua significação própria. São hifenizados pela mesma regra: marca-passo e mata-mata.
- (B) Emprega-se o hífen nos compostos com o primeiro elemento de forma adjetiva, reduzida ou não. São exemplos dessa mesma regra: histórico-geográfico e afro-asiático.
- (C) Não se emprega hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por consoantes diferentes de 'r' ou 's', por isso, como o Novo Acordo Ortográfico, o vocábulo 'arco-íris' não possui mais hífen. A forma correta é : arco-íris.
- (D) Emprega-se o hífen em topônimos compostos iniciados por substantivos ou forma verbal. São exemplos dessa mesma regra: Passa-Quatro.

Questão 04

Com base no texto lido, em sua estrutura e conteúdo, pode-se classificá-lo como pertencente ao gênero:

- (A) Sátira, pois é marcada pela ironia e pela crítica, nas quais o autor questiona o comportamento humano, especialmente a tendência de exaltar a beleza de forma exagerada. O autor tem como objetivo provocar reflexão e mudança de comportamento.
- (B) Novela, pois o pavão simboliza o personagem principal em uma narrativa mais concisa e envolvente, com o objetivo de educar e entreter o leitor.
- (C) Crônica, pois é marcada pela subjetividade do autor, que explora memórias e emoções, como a beleza do amor e a importância da observação.
- (D) Fábula, pois é uma narrativa fictícia que apresenta o pavão como personagem que possui características humanas e também transmite uma lição de amor.

Questão 05

Durante a produção de relatórios empresariais utilizando o Microsoft Word, uma colaboradora necessita criar um sumário dinâmico, que permita rápida navegação por diferentes seções do documento, atualizando-se automaticamente à medida que novos títulos são adicionados. Para realizar corretamente essa tarefa, o recurso específico do Word que ela deverá utilizar é o(a)(s):

- (A) Inserção automática de Rodapés.
- (B) Notas de Rodapé e de Fim.
- (C) Estilos de Títulos e Sumário Automático.
- (D) Controle de Alterações.

Questão 06

Um gerente precisa monitorar constantemente o desempenho de computadores da empresa que operam com Windows. Para identificar gargalos de desempenho,

analisar processos em execução, consumo de CPU e memória RAM em tempo real, além de encerrar processos que estejam travando o sistema, qual ferramenta integrada ao Windows deverá ser utilizada por ele?

- (A) Área de Trabalho Remota.
- (B) Explorador de Arquivos.
- (C) Gerenciador de Tarefas.
- (D) Windows Defender.

Questão 07

Uma analista de segurança da informação de uma empresa identificou que um spyware está coletando indevidamente dados pessoais de funcionários através dos computadores corporativos. Para resolver essa situação, além da instalação imediata de softwares antispyware específicos, qual outra medida técnica complementar deve ser adotada para evitar reincidência e reforçar a segurança digital da empresa?

- (A) Implementar procedimentos regulares de atualização de softwares, antivírus e aplicação rigorosa de políticas de segurança.
- (B) Remover todos os firewalls instalados para evitar conflito entre softwares de segurança.
- (C) Desativar temporariamente todos os backups de dados armazenados na nuvem, para garantir que o spyware não migre para a nuvem.
- (D) Desabilitar todos os programas de navegação como Microsoft Edge e Google Chrome, permitindo navegação apenas pelo Mozilla Firefox.

Questão 08

Considerando a necessidade corporativa de proteger dados sensíveis durante a navegação na internet, um analista da área de TI recomendou o uso de conexões criptografadas através do protocolo HTTPS em todos os navegadores utilizados pela empresa (Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome). Essa recomendação está fundamentada corretamente no fato de que o protocolo HTTPS:

- (A) Impede automaticamente o download de qualquer arquivo suspeito ou infectado durante a navegação.
- (B) Acelera significativamente o carregamento das páginas por meio de compressão automática dos arquivos acessados.
- (C) Dispensa totalmente o uso de antivírus e firewalls, por ser um protocolo seguro e inviolável.
- (D) Criptografa os dados trocados entre navegador e servidor, dificultando interceptações não autorizadas e garantindo a autenticidade das páginas acessadas.

Questão 09

Em uma escola, o diretor anunciou aos alunos que, se não forem aprovados em todas as disciplinas, terão que fazer um curso de reforço. A partir dessa regra podemos escrever a seguinte proposição lógica:

"Se um aluno não foi aprovado em todas as disciplinas, então ele fará um curso de reforço."

Com base no conceito de equivalência lógica, qual das proposições abaixo representa corretamente a mesma ideia?

- (A) Se um aluno fará o curso de reforço, então ele não foi aprovado em todas as disciplinas.
- (B) Se um aluno foi aprovado em todas as disciplinas, então ele fará um curso de reforço.
- (C) Se um aluno não fará o curso de reforço, então ele foi aprovado em todas as disciplinas.
- (D) Se um aluno não foi aprovado em todas as disciplinas, então ele não pode participar do curso de reforço.

Questão 10

Uma empresa de tecnologia criou um programa de aumento salarial anual para seus funcionários, que obedece um esquema de progressão aritmética. Se no primeiro ano o salário de um funcionário era de R\$3.200,00, no segundo passou para R\$3.500,00, no terceiro para R\$3.800,00, e assim por diante, qual será o seu salário no décimo ano?

- (A) Seu salário será de R\$4.800,00.
- (B) Seu salário será de R\$6.400,00.
- (C) Seu salário será de R\$5.900,00.
- (D) Seu salário será de R\$7.500,00.

Questão 11

Em uma dinâmica na empresa na qual trabalham, Ana, Beatriz, Carlos, Daniel e Eduardo estão em salas e cada um deles fez uma afirmação sobre onde e com quem está. Sabe-se que:

Ana está em uma sala ao lado de Beatriz.

Beatriz não está com Carlos.

Carlos não está na sala ao lado de Eduardo.

Daniel não está ao lado de Beatriz, mas está com Carlos.

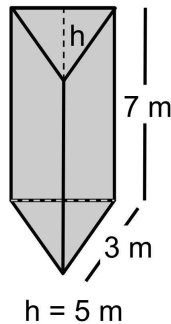
Com base nessas informações, qual é a sala em que Eduardo está?

- (A) Ao lado de Daniel.
- (B) Ao lado de Carlos.
- (C) Ao lado de Beatriz.
- (D) Ao lado de Ana.

Questão 12

Um artista plástico projetou um monumento de concreto

maciço, em forma de prisma triangular, conforme imagem abaixo:



$h = 5 \text{ m}$

Qual será o volume (V) de concreto utilizado?

- (A) $V = 52,5 \text{ m}^3$.
- (B) $V = 64,3 \text{ m}^3$.
- (C) $V = 49,8 \text{ m}^3$.
- (D) $V = 55,6 \text{ m}^3$.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 13

Pedro e Tiago são coproprietários de uma embarcação que fica ancorada em uma marina na cidade litorânea Alfa. O custo de guarda da embarcação é alto e, recentemente, devido ao atraso no pagamento das taxas de guarda, a marina decidiu ajuizar uma ação de cobrança contra Tiago para reaver o valor devido, que inclui taxas de armazenamento, manutenção e outros custos relacionados à embarcação. Ao tomar conhecimento da ação e perceber que figurava sozinho no polo passivo, Tiago, ciente de que a dívida é de responsabilidade de ambos os coproprietários, poderá tomar a seguinte providência, conforme autoriza o Código de Processo Civil.

- (A) Solicitar a assistência de Pedro, para que, havendo condenação, a dívida seja diluída entre os dois.
- (B) Denunciar a lide à Pedro, para que ele responda pela sua parte na dívida de forma isolada.
- (C) Solicitar a desconsideração da personalidade jurídica de Pedro, objetivando resguardar o valor correspondente à proporcionalidade da dívida.
- (D) Solicitar o chamamento de Pedro ao processo, visto que o credor exigiu de apenas um devedor o pagamento de dívida comum.

Questão 14

Em linhas gerais, crédito tributário é o direito que o Estado possui de exigir do contribuinte o cumprimento da obrigação tributária. Contudo, em que pese a obrigação tributária venha a surgir com a ocorrência do fato gerador, somente com o lançamento é que ocorre a constituição definitiva do crédito tributário. Sobre o lançamento, com base nas disposições do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.
- (B) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- (C) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- (D) A atividade administrativa de lançamento é obrigatória para a constituição do crédito tributário, mas a autoridade competente poderá avaliar a conveniência e oportunidade na efetivação do lançamento, sendo que a escolha pela sua não realização não implicará em responsabilidade funcional.

Questão 15

Com base nas disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, analise as afirmativas abaixo, classificando-as em Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

() A lei, salvo disposição em contrário, começa a vigorar em todo o país no momento em que for oficialmente publicada.

() Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

() As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

() Salvo disposição em contrário, a lei revogada será restaurada caso a lei revogadora tenha perdido a vigência.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA de julgamento:

- (A) V, F, V, F.
- (B) V, V, V, V.
- (C) F, F, F, F.
- (D) F, V, V, F.

Questão 16

Lucas, sofreu um acidente em um parque de diversões, quando comemorava seu 12º aniversário. Ficou constatado que o acidente ocorreu devido à falta de manutenção do brinquedo que Lucas utilizava. Seus pais, gratos pela vida do filho, não tomaram providências legais contra o estabelecimento. Anos depois, ao completar 20 anos, Lucas decidiu entrar com uma ação de indenização contra o parque pelo dano sofrido. No

entanto, a defesa alegou que o prazo prescricional já havia transcorrido.

Diante dessa situação, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O prazo prescricional começou a correr no momento do acidente, pois a responsabilidade de ajuizar a ação cabia aos pais de Lucas, como seus responsáveis legais, e a menoridade não impede a fluência do prazo, estando correta a alegação da tese defensiva por esse motivo.
- (B) De acordo com as disposições do Código Civil, o prazo prescricional só começou a correr quando Lucas completou 18 anos, pois a lei impede a fluência do prazo prescricional contra os incapazes, estando incorreta, portanto, a tese defensiva que alegou prescrição da pretensão.
- (C) O prazo prescricional não se aplicou no caso de Lucas, pois a reparação civil de danos causados por acidentes não está sujeita a prescrição, especialmente quando envolver menores de idade, cuja proteção é integral e prioritária, motivo pelo qual a defesa apresentada está incorreta.
- (D) A contagem do prazo prescricional não correu até que Lucas completasse 16 anos, momento em que ele se tornou relativamente incapaz, conforme disposição do Código Civil. Considerando que a pretensão de reparação civil prescreve em três anos, no momento em que a ação foi proposta, o prazo já havia se consumado, resultando na prescrição da pretensão, como corretamente alegou a defesa.

Questão 17

Os contratos administrativos são acordos de vontades celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, com o objetivo de atender a interesses públicos. Esses contratos são regidos principalmente por normas de Direito Público. Nesse sentido, o regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de, EXCETO:

- (A) Modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- (B) Extingui-los, unilateralmente, em qualquer caso.
- (C) Fiscalizar sua execução.
- (D) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

Questão 18

De forma sucinta, o processo legislativo corresponde a um conjunto de normas que regulamentam as fases e os atos indispensáveis à criação de normas jurídicas no ordenamento brasileiro. Com base nas disposições constitucionais que o disciplinam, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Com relação às Emendas à Constituição, não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir, dentre outras, a forma federativa de Estado e o voto direto, secreto, universal e periódico.
- (B) Se a medida provisória que versar sobre nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral, não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
- (C) As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.
- (D) O processo legislativo compreende a elaboração, dentre outras, de resoluções, medidas provisórias e decretos legislativos.

Questão 19

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em se tratando de decisão não unânime de julgamento que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei, caberá:

- (A) Recurso de Revista, no prazo de 8 (oito) dias úteis.
- (B) Embargos, no prazo de 8 (oito) dias.
- (C) Recurso ordinário, no prazo de 8 (oito) dias.
- (D) Recurso Extraordinário, no prazo de 15 (quinze) dias.

Questão 20

No ordenamento jurídico brasileiro, os remédios constitucionais são instrumentos essenciais para a proteção e implementação dos direitos fundamentais. Dentre eles, destaca-se o mandado de segurança, previsto no art.5º da constituição Federal e disciplinado pela Lei nº 12.016/2009. Sobre o Mandado de Segurança, com base no texto constitucional e legislação de disciplina, analise as proposições abaixo:

I.O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

II.O mandado de segurança poderá ser concedido para a proteção de direito líquido e certo, ainda que o direito a ser protegido também possa ser amparado por habeas corpus ou habeas data, em atenção ao Princípio do Acesso à Justiça.

III.O prazo para impetração do mandado de segurança é decadencial de 120 dias, contados a partir da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

IV. Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As proposições I, III e IV estão corretas e a proposição II está incorreta.
- (B) As proposições I, II, III e IV estão corretas.
- (C) As proposições III e IV estão corretas e as proposições I e II estão incorretas.
- (D) As proposições I e III estão corretas e as proposições II e IV estão incorretas.

Questão 21

A responsabilidade civil do Estado tem previsão no artigo 37, §6º, da Constituição Federal. Nesse contexto, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE a teoria aplicada, como regra, à responsabilização do Estado por danos causados a terceiros.

- (A) Trata-se da Teoria do Risco Integral, pela qual o Estado responde de forma objetiva, sem a possibilidade de alegação de excludentes de ilicitude.
- (B) Teoria da Teoria da Culpa Anônima ou Culpa do Serviço (Faute du service), pela qual o Estado responde subjetivamente pelos danos causados por seus agentes, desde que se comprove que o serviço público não funcionou, funcionou de forma inadequada ou foi prestado com atraso.
- (C) Trata-se da Teoria do Risco Administrativo, pela qual o Estado responde de forma objetiva, mas pode afastar sua responsabilidade caso comprove a ocorrência de alguma excludente de ilicitude.
- (D) Trata-se da Teoria da Teoria da Culpa Civil, segundo a qual o Estado somente será responsabilizado se houver comprovação de culpa ou dolo do agente público.

Questão 22

Carlos é proprietário de um sítio localizado às margens de um rio de curso navegável. Ao longo dos anos, devido ao movimento natural das águas, houve um acúmulo progressivo de sedimentos em sua propriedade, resultando na ampliação da área útil do terreno. Ao notar essa mudança, seu vizinho, Roberto, cujo terreno não sofreu os efeitos mencionados, passou a utilizar a nova faixa de terra para atividades agrícolas, argumentando que a área não pertencia exclusivamente a Carlos.

Inconformado, Carlos procurou assistência jurídica e foi CORRETAMENTE esclarecido:

- (A) Carlos adquiriu legitimamente a propriedade da nova área formada, pois a aluvião é um modo de aquisição originária da propriedade que beneficia o proprietário do terreno marginal, conforme prevê o Código Civil.
- (B) A nova área deve ser partilhada entre Carlos e Roberto, considerando que a formação de ilhas não pode favorecer apenas um dos proprietários vizinhos.

- (C) Carlos, para adquirir a propriedade e o direito de explorar a área acrescida, deverá obter autorização judicial.
- (D) A nova faixa de terra pertence ao Estado, pois os acréscimos causados pela ação das correntes ou desvio das águas em rios navegáveis são considerados bens públicos, independentemente da localização do imóvel particular.

Questão 23

A empresa Beta Ltda. encontra-se em execução fiscal para cobrança de dívida tributária com base na Lei nº 6.830/1980. Na situação, o contribuinte devedor possui os seguintes bens:

- I. Valores em conta bancária.
- II. Imóvel comercial localizado em área valorizada.
- III. Veículo de passeio.
- IV. Títulos da dívida pública.

Considerando a ordem de penhora prevista na legislação mencionada, assinale a alternativa que apresenta a ordem CORRETA de preferência para a constrição dos bens:

- (A) II. Imóvel comercial localizado em área valorizada; IV. Títulos da dívida pública; III. Veículo de passeio; I. Valores em conta bancária.
- (B) I. Valores em conta bancária; II. Imóvel comercial localizado em área valorizada; III. Veículo de passeio. IV. Títulos da dívida pública.
- (C) IV. Títulos da dívida pública; I. Valores em conta bancária; II. Imóvel comercial localizado em área valorizada; III. Veículo de passeio.
- (D) I. Valores em conta bancária; IV. Títulos da dívida pública; II. Imóvel comercial localizado em área valorizada; III. Veículo de passeio.

Questão 24

A fé pública, nas palavras de Cleber Masson, "*consiste na crença ou convicção geral na autenticidade e valor dos documentos e atos prescritos para as relações coletivas*" (MASSON, Cleber. Direito Penal. Parte Especial. Vol. 3. São Paulo: Gen Método, 2017, p. 447).

Nesse contexto, é um exemplo de crime contra a fé pública elencado pelo Código Penal:

- (A) Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência, com pena de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, além da pena correspondente à violência.
- (B) Tráfico de influência, com pena de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
- (C) Adulteração de sinal identificador de veículo, com pena de reclusão, de três a seis anos, e multa.
- (D) Violação de sigilo funcional, com pena de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

Questão 25

A Reforma Trabalhista de 2017 introduziu modificações relevantes ao ordenamento jurídico trabalhista brasileiro, flexibilizando o Princípio da Proteção. Entre essas mudanças, reconheceu-se uma categoria de trabalhadores que, atendendo a determinados requisitos, podem negociar individualmente com seus empregadores cláusulas contratuais com prevalência sobre a lei, sem necessidade de intermediação sindical. Essa categoria de trabalhadores, é denominada de:

- (A) Empregado intermitente, que pode negociar diretamente suas condições de trabalho independentemente de limite salarial.
- (B) Empregado hipersuficiente, desde que tenha diploma de nível superior e perceba salário mensal igual ou superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- (C) Trabalhador autônomo exclusivo, que pode firmar contrato diretamente, desde que preste serviços contínuos para um único tomador.
- (D) Empregado com contrato por prazo determinado, cuja negociação direta prevalece sobre a legislação trabalhista.

Questão 26

O município de Nova Serra possui os seguintes bens públicos:

I. Uma grande praça central, localizada no coração da cidade, que serve como ponto de encontro para a população, sendo frequentemente utilizada para eventos públicos, manifestações culturais e lazer.

II. Além disso, o município possui um prédio que abriga a Prefeitura Municipal, destinado ao exercício das funções administrativas.

III. Diversas áreas de terras desocupadas que estão sendo avaliadas para possível alienação, caso não sejam necessárias para uso futuro da administração.

Com base nesse contexto, é correto afirmar que, com relação à destinação, os bens públicos descritos podem ser CORRETAMENTE classificados da seguinte forma:

- (A) I. Bem dominical ou domínial; II. Bem de uso especial; III. Bem de uso comum do povo.
- (B) I. Bem Municipal; II. Bem de uso comum do povo; III. Bem dominical ou domínial.
- (C) I. Bem de uso comum do povo; II. Bem de uso especial; III. Bem dominical ou domínial.
- (D) I. Bem especial; II. Bem municipal; III. Bem de uso especial.

Questão 27

O novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105/2015, dedica a parte inaugural à apresentação das normas fundamentais que regem o processo civil, tendo status de princípios e observância obrigatória. Nesse contexto, relacione corretamente os dispositivos extraídos do

Código de Processo Civil ao seu princípio correspondente:

Coluna 1

(1) Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

(2) Art. 4º As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

(3) Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

(4) Art. 5º Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.

(5) Art. 11. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.

Coluna 2

() Princípio da cooperação.

() Princípio da boa-fé processual.

() Princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário

() Princípio da razoável duração do processo

() Princípio da motivação das decisões judiciais.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA da Coluna 2:

- (A) 4, 2, 5, 1, 3.
- (B) 3, 4, 1, 2, 5.
- (C) 1, 4, 5, 3, 2.
- (D) 2, 5, 3, 4, 1.

Questão 28

Dentre os crimes contra a Administração Pública previstos no Código Penal está o peculato (art. 312), conduta punida com reclusão, de dois a doze anos, e multa. Sobre o peculato, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No caso do peculato culposo, se o servidor que agiu culposamente ressarcir o dano após a sentença irrecorrível a pena imposta será reduzida pela metade.
- (B) O peculato é um crime impróprio, podendo ser praticado tanto pelo funcionário público quanto pelo particular, ou ainda em concurso de agentes (funcionário público e particular), sendo desnecessário, nesse caso, que o particular saiba da condição de funcionário público do comparsa.
- (C) Em regra, não se admite a aplicação do princípio da insignificância ao crime de peculato, vez que se trata de crime perpetrado em face da Administração Pública.

- (D) O chamado peculato furto ocorre quando o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Questão 29

O profissional que deseja exercer atividade em jurisdição distinta daquela onde possui inscrição principal deve formalizar pedido específico ao CRMV de destino, cumprindo os requisitos da inscrição secundária. Acerca do assunto, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() A inscrição secundária exige o preenchimento de requerimento específico e pagamento proporcional da anuidade.

() A inscrição secundária dispensa o pagamento de taxa de expedição da cédula profissional, uma vez que o profissional já possui documento original.

() O CRMV de destino acessa os dados cadastrais do profissional junto ao sistema do CRMV de origem ao receber o requerimento.

() A anuidade devida à inscrição secundária corresponde a 50% do valor cobrado na inscrição principal.

A sequência está correta em:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, V, V, F.
- (C) V, F, F, V.
- (D) V, F, V, V.

Questão 30

Uma clínica veterinária transfere para um laboratório terceirizado a análise de um conjunto de exames para diagnóstico de anemia hemolítica em cães, incluindo citologia, hematologia e testes imunológicos. Considerando o escopo de atuação estabelecido pela Resolução CFMV nº 831/2006, assinale a alternativa correta.

- (A) O laboratório veterinário pode emitir laudos com validade técnico-legal mesmo que não conte com médico-veterinário responsável, desde que possua um bioquímico habilitado.
- (B) O campo de atuação da responsabilidade técnica restringe-se à interpretação dos resultados, podendo a realização dos exames ser atribuída a laboratórios humanos especializados.
- (C) A microbiologia veterinária e a toxicologia aplicada são atividades laboratoriais complementares, não sendo obrigatoriamente abrangidas pela responsabilidade técnica do médico-veterinário.

- (D) As análises realizadas nos exames laboratoriais para suporte à clínica veterinária incluem obrigatoriamente áreas como hematologia, imunologia, citologia e genética, todas inseridas no campo da medicina veterinária.

Questão 31

A realização da eutanásia em animais exige, além do domínio técnico do procedimento, o respeito a princípios éticos que visam garantir o bem-estar do animal e a integridade física e emocional das pessoas envolvidas. Analise as afirmativas a seguir:

I. O método de eutanásia deve provocar inconsciência imediata, seguida de morte, com mínima ansiedade e desconforto para o animal.

II. A adequação do método ao estado fisiológico e à idade do animal é um critério secundário, podendo ser flexibilizado de acordo com a conveniência operacional.

III. A eutanásia deve ser realizada por profissionais treinados, capazes de reconhecer sinais de sofrimento e de morte do animal de forma ética e técnica.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III apenas.
- (C) I e III apenas.
- (D) I apenas.

Questão 32

A Resolução nº 1.453/2022 estabelece os campos de atuação profissional do zootecnista, contemplando desde a nutrição e o melhoramento genético até o manejo e o bem-estar dos animais. Analise as afirmativas a seguir:

I. A elaboração de programas de melhoramento genético animal está entre as atividades de competência do zootecnista.

II. O zootecnista pode atuar exclusivamente no planejamento urbanístico de propriedades agrícolas, independentemente de vínculo com a produção animal.

III. A emissão de certificados de identificação e produção animal integra o rol de atribuições previstas pela norma.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III apenas.
- (D) II apenas.

Questão 33

A utilização de medicamentos de uso humano no contexto veterinário está condicionada a critérios técnicos e restrições expressas na regulamentação vigente. Acerca do assunto, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O uso de medicamentos humanos em estabelecimentos veterinários é livre, desde que haja recomendação técnica.

() O fornecimento de medicamentos ao tutor do animal é permitido para continuidade do tratamento prescrito.

() É permitido fracionar e diluir medicamentos humanos em estabelecimentos veterinários para distribuição posterior.

() O uso de medicamentos humanos em estabelecimentos veterinários deve ser exclusivo para os respectivos pacientes.

A sequência está correta em:

(A) V, F, F, F.

(B) F, F, F, V.

(C) V, V, V, V.

(D) F, F, V, V.

Questão 34

A prática da ozonioterapia em animais, embora autorizada, está condicionada a requisitos técnicos e éticos que asseguram a segurança e a legalidade do procedimento. Dado esse contexto, assinale a alternativa correta.

(A) A responsabilidade pelo equipamento utilizado é do fabricante, não sendo necessário que o médico-veterinário assegure o registro junto aos órgãos competentes.

(B) A prescrição e aplicação da ozonioterapia podem ser realizadas por profissionais da área da saúde, desde que em ambiente supervisionado por médico-veterinário.

(C) O uso da ozonioterapia em animais independe de comprovação científica da eficácia para o agravo tratado, pois é considerada prática integrativa autorizada.

(D) A ozonioterapia deve ser previamente autorizada pelo tutor do animal por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme previsto em resoluções específicas.

Questão 35

O Decreto nº 64.704/1969 regulamenta a Lei nº 5.517/1968, estabelecendo os critérios para o exercício legal da Medicina Veterinária no Brasil, incluindo as exigências documentais obrigatórias. Acerca do assunto, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O título de zootecnista é legalmente equivalente ao de médico-veterinário para os efeitos do Decreto nº 64.704/1969, desde que o profissional atue com animais domésticos.

() A apresentação do diploma de graduação em Medicina Veterinária, por si só, é suficiente para habilitar o profissional ao exercício da profissão nos setores público e privado.

() O exercício da Medicina Veterinária exige a apresentação da carteira de identidade profissional expedida pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), mesmo para casos de atuação provisória.

() O Decreto nº 64.704/1969 considera equivalentes, para todos os efeitos legais, os títulos de médico-veterinário e de veterinário expedidos conforme o previsto em seu Art. 4º.

A sequência está correta em:

(A) F, F, F, V.

(B) V, F, V, F.

(C) F, V, F, V.

(D) F, F, V, V.

Questão 36

O exercício da Zootecnia exige, além de conhecimento técnico, o comprometimento com a ética profissional e com os valores sociais e ambientais, conforme estabelecido pela legislação vigente. Analise as afirmativas a seguir:

I. O zootecnista deve exercer a profissão com o máximo de zelo, colaborando para o aprimoramento científico e técnico da área.

II. A atuação profissional do zootecnista pode ser orientada por interesses econômicos, mesmo que isso contrarie princípios morais e ambientais.

III. O profissional deve pautar sua conduta pelos mais elevados princípios morais, preservando a honra da profissão.

Está correto o que se afirma em:

(A) I, II e III.

(B) I e II apenas.

(C) II apenas.

(D) I e III apenas.

Questão 37

Em vista dos princípios constitucionais da educação e da formação profissional, o CFMV delimitou diretrizes específicas sobre a qualificação para o exercício da Medicina Veterinária. Com base na norma, assinale a alternativa correta.

(A) A Resolução do CFMV proíbe apenas o exercício autônomo da Medicina Veterinária por profissionais formados em cursos presenciais incompletos.

(B) A Resolução estabelece que o registro será permitido a qualquer egresso de curso autorizado pelo MEC, independentemente da modalidade.

(C) O CFMV autoriza cursos de Medicina Veterinária a distância desde que ofertados por instituições com nota máxima no ENADE.

- (D) A Resolução baseia-se na Constituição Federal, que trata a educação como direito social e instrumento de qualificação para o trabalho.

Questão 38

Durante uma auditoria, foram analisados os documentos utilizados em uma clínica veterinária para autorizar procedimentos diagnósticos e terapêuticos em animais. A análise revelou confusão quanto à finalidade de cada tipo de termo de consentimento. Com base na Resolução CFMV nº 1.321/2020, assinale a alternativa correta.

- (A) O termo de consentimento para realização de procedimento terapêutico de risco é utilizado quando há possibilidade de perda de função, debilidade, deformidade ou óbito decorrente do procedimento.
- (B) O termo de consentimento para retirada do corpo do animal após o óbito destina-se exclusivamente à autorização para realização de necropsia clínica.
- (C) O termo de consentimento para procedimento cirúrgico não é exigido quando o animal estiver inconsciente, bastando o registro no prontuário clínico.
- (D) O termo de consentimento para realização de exames pode ser assinado por qualquer funcionário da clínica, desde que o médico-veterinário tenha prescrito o exame.

Questão 39

A Lei nº 5.517/1968 estabelece o funcionamento dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária e regula as competências relativas à fiscalização do exercício profissional.

Acerca do assunto, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O Conselho Federal de Medicina Veterinária é responsável exclusivo por fiscalizar o exercício da profissão nos estados e territórios.

() A inscrição em Conselho Regional é facultativa para médicos-veterinários que exercem atividades exclusivamente acadêmicas.

() O Conselho Regional pode aplicar penalidades disciplinares aos médicos-veterinários por infrações éticas ocorridas dentro de sua jurisdição.

() A estrutura dos Conselhos prevista na Lei nº 5.517/1968 busca garantir a fiscalização, a ética e a valorização da profissão em todo o território nacional.

A sequência está correta em:

- (A) F, F, F, V.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, V, V, V.
- (D) V, F, F, F.

Questão 40

O Código de Ética reconhece direitos que garantem autonomia e segurança ao profissional, estabelecendo limites e condições específicas para a recusa de atendimento. Acerca do assunto, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O médico veterinário pode recusar atendimento, exceto em casos de urgência, inexistência de outro profissional ou solicitação de colega.

() A recusa de atendimento pode ser justificada apenas pela discordância pessoal com o tutor do animal.

() O profissional pode retirar sua assistência caso não receba tratamento compatível com sua dedicação, desde que respeite as exceções legais.

() A escolha de clientes e pacientes é direito do médico veterinário, limitado por situações de emergência ou ausência de substitutos.

A sequência está correta em:

- (A) V, F, F, V.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, F, V, V.
- (D) V, V, V, F.

Questão 41

Durante uma vistoria, verificou-se que auxiliares de veterinário estavam manuseando caixas cirúrgicas e realizando esterilizações. Acerca do assunto, marque V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O auxiliar não pode participar da montagem da caixa cirúrgica, pois esta atividade requer conhecimento técnico especializado.

() O auxiliar pode lavar e esterilizar instrumentos, desde que sob supervisão.

() É permitido ao auxiliar transportar os animais para atendimento.

() O auxiliar deve observar boas normas de higiene pessoal no exercício de sua função.

A sequência está correta em:

- (A) F, V, V, V.
- (B) V, V, V, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, F, F, V.

Questão 42

Um médico-veterinário abriu um consultório próprio, mas anunciou em redes sociais que realizava cirurgias de pequeno porte no local. Sobre esse cenário, analise as afirmativas a seguir:

I. Consultórios veterinários são destinados à consulta clínica e realização de procedimentos ambulatoriais, vedando-se a anestesia geral.

II.É permitida a internação de animais por até 12 horas em consultórios, desde que haja monitoramento do responsável técnico.

III.A contenção com sedativos e anestésicos locais pode ser feita em consultórios, com presença permanente do médico-veterinário.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e III apenas.
- (C) I apenas.
- (D) I e II apenas.

Questão 43

Durante fiscalização, um médico-veterinário foi advertido por divulgar nas redes sociais fotos de animais em tratamento clínico com fins promocionais. Com base na Resolução CFMV nº 780/2004, assinale a alternativa correta.

- (A) A publicação de resultados terapêuticos em massa é permitida para fins educativos, mesmo sem autorização prévia.
- (B) A exposição de imagens de animais pode ser feita livremente, desde que não identifique o estabelecimento ou os responsáveis técnicos.
- (C) A publicidade de métodos ainda em fase experimental é aceita, desde que haja declaração sobre a falta de comprovação científica.
- (D) É vedado expor a imagem do paciente com finalidade de promoção profissional, exceto nos casos expressamente autorizados pela norma.

Questão 44

A Lei nº 12.527/2011 regula o direito fundamental de acesso à informação, previsto no art. 5º da Constituição Federal. Sobre o acesso à informação e a sua divulgação, a Lei de Acesso à Informação determina, em seu art. 6º, que *"cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a"*:

I.Gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação.

II.Proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade.

III.Proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As afirmativas I e II são verdadeiras e a afirmativa III é falsa.
- (B) As afirmativas I, II e III são falsas.
- (C) A afirmativa III é verdadeira e as afirmativas I e II são falsas.
- (D) As afirmativas I, II e III são verdadeiras.

Questão 45

João, gestor de um órgão público municipal, recebeu recursos para a execução de um projeto social. Ao final do período estipulado para a prestação de contas, ele optou por não apresentar os documentos exigidos, mesmo tendo plenas condições para fazê-lo. Sua intenção era evitar que fossem descobertas irregularidades na aplicação dos recursos.

Diante dessa situação, com base nas disposições da Lei nº 8.429/92, a conduta de João configura:

- (A) Ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- (B) Ato de improbidade administrativa que atenta contra princípios do direito internacional.
- (C) Ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (D) Ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.

Questão 46

Apesar de o acesso à informação ser um direito fundamental e o sigilo uma exceção, algumas informações podem ter seu acesso restrito, conforme prevê a Lei nº 12.527/2011. Nesse contexto, informações em poder de órgãos e entidades públicas podem ser classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas, dependendo de seu teor e de sua importância para a segurança da sociedade ou do Estado. Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE o prazo máximo de restrição de acesso para cada uma dessas classificações:

- (A) ultrassecreta: 30 (trinta) anos; secreta: 15 (quinze) anos; reservada: 10 (dez) anos.
- (B) ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos; secreta: 15 (quinze) anos; reservada: 5 (cinco) anos.
- (C) ultrassecreta: 50 (cinquenta) anos; secreta: 25 (vinte e cinco) anos; reservada: 15 (quinze) anos.
- (D) ultrassecreta: 100 (cem) anos; secreta: 50 (cinquenta) anos; reservada: 25 (vinte e cinco) anos.

Questão 47

Uma importante ferramenta no controle da probidade na Administração Pública é a Lei nº 8.429/92, com alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa. Tendo como base as disposições do mencionado regramento, avalie as sentenças abaixo:

I.A Lei de Improbidade determina que apenas condutas dolosas serão consideradas atos de improbidade administrativa. Isso significa que o agente deve agir com vontade livre e consciente de alcançar um resultado ilícito. Não basta a mera voluntariedade da ação; é indispensável a intenção deliberada de cometer a irregularidade.

II.São considerados sujeitos passivos de atos de

improbidade administrativa os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além das administrações direta e indireta, abrangendo a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal. Ficam excluídas desta categoria as entidades privadas que recebam subvenção, benefício ou incentivo fiscal ou creditício de entes públicos ou governamentais.

III.O agente político não está contemplado no conceito de agente público fornecido pela Lei de Improbidade Administrativa.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III apenas.
- (D) II e III apenas.

Questão 48

Um funcionário de uma empresa descobre que um colega, por quem tem grande apreço, está desviando dinheiro da organização. Ele reconhece que denunciá-lo pode trazer consequências negativas para o colega, mas também entende que ignorar a situação pode prejudicar a empresa e seus demais colaboradores. Com base nos estudos sobre moral e ética, assinale a alternativa que representa a decisão CORRETA a ser tomada pelo funcionário.

- (A) Denunciar o caso apenas se receber alguma vantagem em troca, como uma promoção ou reconhecimento dentro da empresa.
- (B) Permanecer em silêncio, pois sua lealdade ao colega é mais importante do que as normas da empresa.
- (C) Informar a situação à empresa, pois a ética exige responsabilidade e compromisso com o bem coletivo.
- (D) Ajudar o colega a encobrir o desvio, já que todos cometem erros e ele pode precisar do dinheiro.

Questão 49

A ética envolve os valores que guiam nossas ações no mundo. No serviço público, em especial, corresponde ao conjunto de normas que regulam a conduta dos profissionais que servem à população. Dentre os principais deveres dos agentes públicos, destacam-se as condutas a seguir, EXCETO:

- (A) Comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, desde que não traga consequências para si ou para pessoas próximas a si, exigindo as providências cabíveis.
- (B) Ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstenendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral.

- (C) Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- (D) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

Questão 50

Em uma sociedade democrática, o exercício da cidadania envolve a participação ativa dos indivíduos na vida pública, garantindo que os interesses coletivos sejam representados de forma ética e justa. Diante desse contexto, assinale a alternativa que contém uma atitude que representa o exercício da cidadania.

- (A) Votar conscientemente e fiscalizar as ações dos representantes eleitos, contribuindo para a transparência e a responsabilidade política.
- (B) Beneficiar-se de esquemas ilegais para obter vantagens pessoais, desde que ninguém descubra, pois o importante é atender aos próprios interesses.
- (C) Ignorar os problemas de sua comunidade, evitando colaborar com ações ou políticas públicas que não tragam benefícios diretos para si.
- (D) Evitar qualquer tipo de envolvimento político ou social, pois a responsabilidade pelo funcionamento da democracia cabe apenas aos governantes.

PROVA DISCURSIVA - MANHÃ - ADVOGADO(A)

Atenção! As provas discursivas serão avaliadas quanto ao domínio do conteúdo dos temas abordados – demonstração de conhecimento técnico aplicado, bem como quanto ao domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa. A questão que compõe a prova discursiva de cada cargo terá extensão mínima de 20 (vinte) e máxima de 25 (vinte e cinco) linhas.

TEXTO DE REFERÊNCIA

O que é um Código de Ética?

É um padrão que serve de guia para a conduta de um determinado grupo. É um conjunto de princípios, assumidos publicamente, que orientam determinadas atividades, de acordo com os anseios sociais por honestidade, solidariedade e correção.

O código deve ser posto em relação, por um lado, com a lei e, por outro, com a moralidade em sentido mais amplo. Um código de ética não pode, obviamente, pôr-se fora ou além da lei: não pode servir como desculpa ou meio para legitimar comportamentos que a lei proíbe.

Para que serve o Código de Ética?

Vejam os...

O código tenta capturar um aspecto que escapa, em geral, à legislação e ao legislador: pode-se cumprir perfeitamente a lei e, ainda assim, prejudicar alguém.

Exige-se ética na vida pública porque as pessoas não apenas desejam o cumprimento da lei, mas sim o seu bom cumprimento. Incorporar essa dimensão do bom cumprimento da lei é uma tarefa difícil, mas que cabe perfeitamente a um código de ética.

Por outro lado, também não faria sentido ter um código de ética que apenas repetisse o que já está plenamente determinado e assegurado na lei.

Pontos a serem observados quando da elaboração de um Código de Ética:

- Explicitar os valores afirmados por um grupo e, em seguida, dar uma concretude maior a eles por meio de normas que sirvam de instrumentos para realizar os valores afirmados.
- Cuidar para não ser entendido, primariamente, como um instrumento disciplinar e repressivo.
- Cuidar para que não esteja voltado exclusivamente para “quem não tem ética”. É bem provável que o inverso seja mais verdadeiro.
- Articular princípios ou valores que freqüentemente entram em choque, colocando-os em perspectiva, a fim de reconciliá-los ou priorizá-los. Isso pode ser útil na resolução de dilemas morais, vividos justamente por aqueles que procuram se conduzir eticamente.

(Enap - Escola Nacional de Administração Pública. Ética e Serviço Público. Módulo 3 - A Conduta no Serviço Público. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1884/1/%C3%89TICA_SEM_TUTORIA_M%C3%B3dulo_3.pdf)

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir dos seus conhecimentos sobre ética e a função pública, reflita sobre a seguinte questão: **É POSSÍVEL CUMPRIR RIGOROSAMENTE A LEI E, AINDA ASSIM, CAUSAR PREJUÍZOS A ALGUÉM?**

Em seu texto, discorra sobre as implicações éticas dessa situação, analisando a relação entre a aplicação estrita da legislação e os impactos que ela pode ter sobre os indivíduos. Além disso, **apresente propostas** que possam mitigar os danos aos cidadãos nesse contexto, garantindo que a justiça e a equidade prevaleçam nas decisões públicas.

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

RASCUNHO

RASCUNHO